

BALANÇO

DOS

100 DIAS

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Fazenda

APRESENTAÇÃO

Esse documento apresenta as principais entregas da Secretaria Municipal de Fazenda nos primeiros 100 dias de Governo. Nesse novo período, o objetivo é avançar sobretudo nas áreas de inovação, serviços inteligentes, governo digital e gestão baseada em evidências e com foco nos resultados. Dessa forma, pretendemos construir um caminho que possibilite que Niterói se desenvolva cada vez mais, fortalecendo a vocação da cidade em ser moderna, inovadora, inclusiva e sustentável.

Todas as ações e entregas da SMF estão alinhadas aos planejamentos estratégicos de curto, médio e longo prazo do município. As entregas desses primeiros 100 dias estão principalmente focadas na reorganização institucional e fortalecimento da gestão. Dentre elas podemos destacar:

- Criação de uma área focada em planejamento e desenvolvimento institucional;
- A reestruturação do setor responsável pela gestão do patrimônio imobiliário municipal;
- Institucionalização do Departamento de Estudos Fiscais;
- Elaboração do Plano de Sustentabilidade Fiscal.

Este documento traz as principais medidas realizadas a curto prazo que, diante do atual cenário, buscaram promover uma gestão orientada a resultados e que prioriza o uso responsável do dinheiro público.

PLANO DE SUSTENTABILIDADE FISCAL

A Prefeitura de Niterói lançou o **Plano de Sustentabilidade Fiscal 2021**, que foi desenvolvido a partir de um diagnóstico apurado das finanças da cidade, além da revisão das medidas de gestão. Seu principal objetivo é seguir **ajustando as contas públicas e manter a disciplina na gestão fiscal construída nos últimos anos.**

São **33 medidas, sendo 06 projetos de lei e 27 decretos, que visam o fortalecimento da administração municipal.** Todos os Projetos de Lei foram enviados à Câmara de Vereadores no dia 14/04, em regime de urgência, e os decretos já foram publicados no Diário Oficial. Os órgãos responsáveis pela elaboração do Plano: **Secretaria Executiva, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização, Secretaria Municipal de Administração, Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e Escritório de Gestão de Projetos e NITPREV.**

A elaboração do plano foi coordenada pela Secretaria de Fazenda em parceria com demais órgãos da Prefeitura. O documento foi organizado em cinco grandes eixos: **Responsabilidade Fiscal; Eficiência na Arrecadação; Fortalecimento da Gestão Financeira e Contábil; Gestão Moderna e Inteligente; Promoção da Integridade e Combate à Corrupção.**

Espera-se que com a execução das medidas previstas no Plano de Sustentabilidade Fiscal 2021, a Prefeitura de Niterói mantenha a **saúde financeira do município para seguir apoiando a população mais vulnerável.** Mesmo diante do cenário de recessão econômica no país em 2020, a prefeitura investiu mais de R\$500 milhões no enfrentamento à pandemia.

As principais motivações do plano são: **manter a sustentabilidade fiscal do município e economizar recursos para pagar as despesas extraordinárias de combate à Covid-19.**



GLÓBO | Domingo, 23.03.2020 | Niterói | 7

Município prevê economia de R\$ 250 milhões em dois anos

Com conjunto de 27 decretos e seis projetos de lei, Secretaria de Fazenda espera um aumento de 5% na arrecadação de R\$ 3,5 bilhões prevista no orçamento de 2021

COMUNICADO
por Redação do GLOBO

Com o objetivo de garantir a saúde financeira do município, a prefeitura lançou, nesta terça, o Plano de Sustentabilidade Fiscal. Trata-se de um programa com 33 medidas — 27 decretos e seis projetos de lei — a serem encaminhados à Câmara Municipal nesta semana, em regime de urgência — que visam a redução de despesas com folha de pagamento, até a renegociação de contratos. A expectativa é economizar cerca de R\$ 250 milhões em dois anos e aumentar 5% a mais do que os R\$ 3,5 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021.

— O Brasil vive uma crise econômica, agravada pela pandemia, o qual desafia a nossa geração. É necessário que as prioridades sejam as medidas (de ajuste de contas) e parqu岸mos a nossa cidade para não comprometer os nossos filhos. Esse pacote de ações vai manter Niterói nas trilhas de sustentabilidade, reconstruir nossas estruturas e a receita. Com essas medidas, estamos mantendo a integridade para manter o equilíbrio fiscal, como combater o contrabando e o subarbitrio — explicou o secretário municipal de Fazenda, Maria Cristina, secretário municipal de Fazenda, explica que essa economia aplica-se a honorários advocatícios, além de outros pontos:

— Estamos em regime fiscal em nível de despesas de insumos e vamos reduzir a redução de valor em folha de pagamento que, desde o início da pandemia, não foram mantidos, com exceção de algumas situações específicas. Não houve impacto negativo em relação às arrecadações.

Um texto propõe a criação de uma política de gestão do patrimônio também sendo levado para a Câmara e alcançará os valores de mais de 800 milhões do município, identificando as que possam gerar valor pela alienação ou pelo aproveitamento.

Uma medida simples que deve gerar uma economia de mais de R\$ 5 milhões em dois anos resulta da redução de despesas com energia elétrica.

Outro decreto vai permitir que a parte de multa, no caso do Fundo de Igualização de Rendas, a Prefeitura dos Rios, seja aplicada em caráter de investimento.

Maria Cristina espera que até dezembro tenha sido elaborado o plano de sustentabilidade fiscal de R\$ 200 milhões (depois, tem R\$ 50 milhões) que a prefeitura pretende aplicar em R\$ 7 milhões repassados.

— Essa política de sustentabilidade vai ser lançada no novo plano de Niterói, que vale de R\$ 20 milhões para R\$ 70 milhões em dois anos — finalizou a secretária.

Plano Fiscal | Pacote de projetos de lei e decretos reduz despesas em R\$ 250 milhões com renegociação de contratos

O DIA | Assine

NITERÓI

Saúde fiscal para salvar vidas: Niterói mais uma vez se sobressai com responsabilidade e eficiência

Cidade teve, nos últimos anos, destacada atuação na gestão fiscal com medidas eficientes e reconhecidas que permitiram sanar dívidas, gerar poupança e também realizar grandes investimentos que transformaram a cidade, além de possibilitar uma robusta ação de enfrentamento à pandemia

Poupar para tempos de incerteza e arrecadar acima da previsão inicial. A expectativa é que a nossa poupança dos royalties ultrapasse 200 milhões neste ano e que, mesmo diante de um contexto de recessão econômica, consigamos arrecadar 5% acima da previsão inicial na receita própria sem aumentar alíquotas.

EIXO 1 – RESPONSABILIDADE FISCAL

DECRETO Nº 13.978/2021 DO 02.04.2021	Grupo de Trabalho para construção de proposta de reforma administrativa	Promove uma revisão das carreiras para aumentar a produtividade, estabelecer a progressão por mérito e reduzir a rigidez da folha de pagamento. A expectativa é gerar 61 milhões de economia em 2021 e 79 milhões em 2022.
DECRETO Nº 13.955/2021 DO 24/03/2021	Pacto de Compromisso com a Gestão Fiscal	Estabelece o Pacto de Compromisso com a Gestão Fiscal para renegociar grandes contratos e promover a racionalização dos recursos públicos. Com a medida, pretende-se economizar pelo menos 100 milhões decorrentes da renegociação de contratos e redução das despesas discricionárias.
DECRETO Nº 13.956/2021 DO 24/03/2021	Modifica a Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal – CPFGE criada pelo Decreto de 11.319/2013	Realiza modificações na operacionalização da CPFGE, comissão criada em 2013 e responsável por avaliar e autorizar todas as despesas acima de cem mil reais de modo a torna-la mais eficiente e aprimorar a legalidade e economicidade dos processos.
DECRETO Nº 13.958/2021 DO 24/03/2021	Cria Comitê Permanente para Monitoramento de Riscos Fiscais	Criação de um comitê permanente formado pela equipe econômica do governo para o monitoramento preditivo dos riscos fiscais do município e elaboração de relatório anual de riscos fiscais.
Decreto	Estabelece novas normas para ajuda de custo em viagens	Revoga o Decreto 12.525/2017 e estabelece normas para a concessão de ajuda de custo e pagamento de passagens aos servidores públicos do município de Niterói em viagem a serviço de modo a torna-las mais econômicas e a prestação de contas mais transparente.

Projeto de Lei	Alteração da contribuição previdenciária	Dá nova redação ao art.22 da Lei Municipal nº 2.288/05, alterado pela Lei Municipal nº 3.250/16 que e estabelece o reajuste da alíquota previdenciária de 12,5% para 14% aos segurados e 16,59% para 18% aos patrocinadores conforme obrigação legal preconizada pela Emenda Constitucional 103/2019 da Reforma da Previdência.
DECRETO Nº 13.957/2021 DO 24/03/2021	Grupo de Trabalho para reestruturação do Regime Próprio da Previdência Social do Município	Institui um grupo de trabalho para reestruturação do regime próprio da previdência social do município, à luz da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. As propostas deverão ser apresentadas em até 90 dias da publicação do decreto.

EIXO 2 – EFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO

Projeto de Lei	Modernização a dívida ativa por meio de normas de transação	Estabelece condições e requisitos para a celebração de transação como meio de extinção de créditos fiscais, no âmbito do município de Niterói e autoriza expressamente a realização de negócio jurídico processual na cobrança da dívida ativa. A estimativa é que exista um estoque de 2 bilhões de reais em dívida ativa no município.
DECRETO Nº 13.963/2021 DO 25.03.2021	Parâmetros e diretrizes para a instituição do Plano Anual de Fiscalização	Estabelece os parâmetros e diretrizes para a instituição do Plano Anual de Fiscalização a fim de estimular a autorregularização dos setores econômicos por meio de orientações sobre como efetuar as retenções e divulgação daqueles que prioritariamente serão objeto de fiscalização.

Projeto de Lei	Obrigatoriedade de declaração das alterações dos imóveis aos Cartórios de Niterói	Obriga os titulares dos cartórios de registro de imóveis a declararem mensalmente à Secretaria Municipal de Fazenda todas as transações averbadas no mês anterior. O objetivo é rastrear alterações de imóveis e atualizar o cadastro de modo a aprimorar a fiscalização da cobrança de ITBI.
DECRETO Nº 13.961/2021 DO 25.03.2021	Núcleo para a modernização fazendária	Dispõe sobre a criação do Núcleo para Modernização e Tecnologia da Secretaria Municipal de Fazenda – NUMTEC a fim de promover práticas atualizadas e utilização de tecnologias como bigdata e inteligência artificial que promovam ganhos de eficiência e impactem no aumento da arrecadação.
Projeto de Lei	Revoga a isenção do ITBI sobre a consolidação da propriedade fiduciária	A consolidação da propriedade fiduciária ocorre quando o devedor fiduciante (parte que tomou o empréstimo ou financiamento) fica inadimplente com o pagamento da sua dívida. A lei civil garante ao credor fiduciário (normalmente banco) a possibilidade de adquirir a propriedade do imóvel para aliená-lo por meio de leilão. O Código Tributário do município isentava a cobrança do ITBI referente a operação de consolidação da propriedade em nome do fiduciário. Um novo entendimento do STJ entende atualmente que essa operação é sujeita a cobrança do ITBI, o que justifica a apresentação do presente PL.

EIXO 3 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Projeto de Lei	Regulamenta a aplicação dos rendimentos do FER	Dispõe sobre a estrutura de governança do Fundo de Equalização de Receitas (FER), criado pelo art. 149-a da lei orgânico do município de Niterói (emenda à lei orgânica nº 41/2019). A proposta é constituir uma estrutura de governança para construir a política de investimentos do fundo de modo a garantir maior rentabilidade dos recursos. Até o final de 2021 a expectativa é que o fundo tenha 200 milhões de reais com 6 a 7 milhões provenientes de rendimentos.
Projeto de Lei	Estabelece a Política Municipal de Gestão do Patrimônio Imobiliário, estrutura o Sistema Municipal de Gestão do Patrimônio Imobiliário, cria o Comitê de Gestão do Patrimônio Imobiliário	Regulamenta os arts. 97 e 263 da lei orgânica do município, estabelece a política municipal de gestão do patrimônio imobiliário, estrutura o sistema municipal de gestão do patrimônio imobiliário, cria o comitê de gestão do patrimônio imobiliário, adapta a legislação municipal à lei federal nº 14.011/2020 e dá outras providências. O objetivo é promover a convergência aos padrões internacionais de contabilidade com o registro atualizado dos ativos imobiliários, bem como identificar bens inservíveis para alienação e incremento da receita. Há a estimativa de que a prefeitura tenha 800 imóveis.
DECRETO Nº 13.962/2021 DO 25.03.2021	Cria o Sistema de Contabilidade Municipal de Niterói	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Municipal de Niterói a fim de aprimorar os registros das informações contábeis e capacitar a rede de contadores do município.
PORTARIA Nº 1701/2021 DO 25.03.2021	Obrigatoriedade de emissão de Declaração de Conformidade Quadrimestral dos Saldos Contábeis	Determina a obrigatoriedade de emissão de declaração de conformidade quadrimestral dos saldos contábeis pelos contadores municipais.

EIXO 4 – GESTÃO MODERNA E INTELIGENTE

DECRETO Nº 13.966/2021 DO 26.03.2021	Grupo de Trabalho para a construção do Plano Diretor de Cidade Inteligente	Determina a implantação de grupo de trabalho para propor um plano diretor para a cidade a partir de tendências mundiais de <i>smart cities</i> .
DECRETO Nº 13.967/2021 DO 26.03.2021	Comitê para a implantação do processo eletrônico	Institui o comitê para implantação do processo administrativo eletrônico no âmbito da administração pública municipal. A perspectiva é reduzir em 5 milhões os gastos com impressão e papéis.
DECRETO Nº 13.967/2021 DO 26.03.2021	Comitê para Rede de Atendimento ao Cidadão	Estabelece o comitê de atendimento ao cidadão e a rede de atendimento ao cidadão com a finalidade de promover a integração e aprimoramento dos diferentes serviços da Prefeitura de modo a torna-los mais amigáveis e digitais aos cidadãos. Como produto do trabalho, será criado um portal único de entrada dos serviços.
DECRETO Nº 13.969/2021 DO 26.03.2021	Dispõe a criação do LABnit de Niterói	Cria um laboratório de inovação no âmbito da Escola de Governo e Gestão de Niterói a fim de promover soluções inovadoras a problemas públicos prioritários com foco central no cidadão.
DECRETO Nº 13.970/2021 DO 26.03.2021	Estabelece comitê de avaliação, atualização, proposição de nova carteira de projetos estratégicos do Plano Niterói que Queremos	Dispõe sobre a criação e definição das atribuições do comitê de avaliação, atualização e proposição da nova carteira de projetos estratégicos do Plano Niterói que Queremos e das atribuições do Escritório de Gestão de Projetos, através do seu Núcleo de Gestão Estratégica – NGE.
Decreto	Habilita a SMA a adotar preferencialmente o pregão eletrônico	Amplia as competências da Secretaria Municipal de Administração e das entidades indiretas para que adotem o pregão eletrônico e gerem maior economia nas aquisições.

DECRETO Nº 13.971/2021 DO 26.03.2021	Obrigatoriedade do mapeamento do perfil ocupacional dos servidores da Administração Direta	Cria obrigatoriedade do mapeamento anual do perfil ocupacional dos servidores da administração direta municipal a fim de identificar gargalos e oportunidades de desenvolvimento na gestão de pessoas.
DECRETO Nº 13.996/2021 DO 21.04.2021	Regulamentação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC	Regulamenta a lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil.
DECRETO Nº 13.972/2021 DO 26.03.2021	Criação dos Escritórios de Gestão de Projetos – EGP Setorial	Dispõe sobre a criação dos escritórios de gestão de projetos – EGP SETORIAL – para mapeamento de projetos relevantes e identificação de oportunidades de captação de recursos.
DECRETO Nº 13.973/2021 DO 26.03.2021	Grupo de Trabalho para elaboração e articulação dos instrumentos de avaliação das políticas públicas	Cria Grupo de Trabalho para Elaboração e Articulação dos Instrumentos de Avaliação das Políticas Públicas de Niterói.
Decreto	Modificação dos membros do CETI e instituição de instrumentos da política de governança de TIC	Modifica os membros do CETI e institui os instrumentos da política de governança de TIC da Prefeitura de Niterói de acordo com o decreto nº 11.372/2013 e altera os decretos 11.411/2013 e 13.257/2019 que dispõem sobre compras e contratações de TIC. O objetivo das alterações é possibilitar uma gestão mais estratégica dos projetos de TIC na prefeitura identificando oportunidades e sinergia sempre primando pela economicidade nas aquisições.

DECRETO Nº 13.974/2021 DO 26.03.2021	Regulamentação do Teletrabalho	Dispõe sobre a regulamentação do teletrabalho na Prefeitura de Niterói baseada na pactuação e monitoramento de resultados.
DECRETO Nº 13.975/2021 DO 26.03.2021	Programa Niterói Cidadã	Altera o Decreto nº 12.519/2017 que organiza a política de desenvolvimento de servidores e institui a Escola de Governo e Gestão incluindo a possibilidade de realizar capacitações para organizações da sociedade civil.
DECRETO Nº 13.976/2021 DO 26.03.2021	Comissão para elaboração da tabela de temporalidade e descarte de documentos	Dispõe sobre a instituição de comissão para elaboração da tabela de temporalidade e destinação de documentos da administração pública direta e indireta do Município de Niterói. O objetivo é realizar o descarte de processos que não necessitam mais ser armazenados pela administração municipal.

EIXO 5 – PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO

DECRETO Nº 13.979/2021 DO 24.03.2021	Implantação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos – SISPATRI	Institui o Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos – SISPATRI, como sistema oficial para a entrega de declaração eletrônica de bens e valores pelos agentes públicos do poder executivo municipal de modo a tornar mais eficiente a auditoria das informações e responsabilizações cabíveis.
--	--	--

<p>DECRETO Nº 13.979/2021 DO 24.03.2021</p>	<p>Implantação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos – SISPATRI</p>	<p>Institui o Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos – SISPATRI, como sistema oficial para a entrega de declaração eletrônica de bens e valores pelos agentes públicos do poder executivo municipal de modo a tornar mais eficiente a auditoria das informações e responsabilizações cabíveis.</p>
<p>Decreto</p>	<p>Regulamenta o Plano de Integridade do Município de Niterói ampliando os seus efeitos a todos os órgãos e entidades da Prefeitura</p>	<p>Regulamenta o Plano de Integridade do Município de Niterói conforme o art. 4o, § 1o da Lei Municipal nº 3.466 de 09 de janeiro de 2020 que tem como objetivo estabelecer e atualizar uma série de medidas para o incremento da transparência, do combate à corrupção e promoção de práticas de integridade no âmbito de todos os órgãos e entidades da Prefeitura.</p>
<p>DECRETO Nº 13.980/2021 DO 02.04.2021</p>	<p>Promove alterações no Comitê de Integridade</p>	<p>Altera o Decreto Nº 13.518/20, que regulamentou o Comitê de Integridade e Compliance do Município de Niterói, criado pela Lei nº 3.466, de 09 de janeiro de 2020 incluindo o nível estratégico do governo nas decisões, a fim de reforçar os mecanismos e procedimentos internos de prevenção, detecção e correção de práticas de corrupção, irregularidades e desvios éticos e de conduta.</p>

PLANO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVO

LANÇAMENTO EM MAIO

O Plano Institucional Participativo (PIP) é a ferramenta de planejamento estratégico da SMF. O Plano surgiu da necessidade de elaborar estratégias de gestão para os projetos da secretaria, criar uma política institucional e superar os desafios que inviabilizam o alcance dos nossos principais objetivos. Através do PIP foi possível elaborar um novo mapa estratégico para o órgão bem como seu Regimento Interno e Organograma.

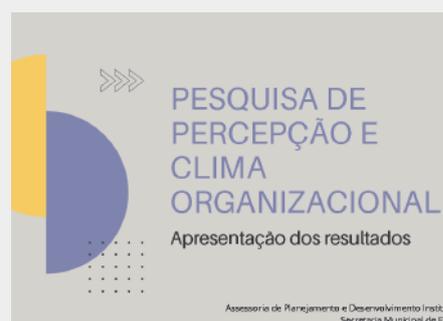
Para realizar o diagnóstico organizacional do Plano Institucional Participativo, que identifica os principais desafios e potencialidades do órgão, foram realizadas duas consultas:

26/01 a 31/01/2021 - **Pesquisa de Percepção e Clima Organizacional** - Pesquisa interna, realizada de forma anônima e aberta a todos os servidores da secretaria. Participação de 113 do total de 278 funcionários;

25/02 a 18/03/2021- **Consulta Pública: Planejamento Participativo da Secretaria da Fazenda de Niterói** - Consulta Pública, realizada de forma anônima e aberta a todos os cidadãos do município por meio da plataforma COLAB. Participaram dessa pesquisa 570 niteroienses.

Além disso, foi realizado o “**Seminário do Planejamento Institucional Participativo**”, que envolveu os dirigentes da SMF em atividades que permitiram a elaboração preliminar de insumos para o planejamento do órgão, como a Matriz FOFA e o Mapa Estratégico. O seminário contou com uma conferência de abertura onde estiveram presentes três especialistas da área econômica e de gestão: **Aod Cunha** - Economista e ex-Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul; **Renata Santos** - Secretária Especial do Tesouro Estadual de Alagoas; e **Carlos Albuquerque** - Especialista em Planejamento Estratégico.

Para colocar o planejamento em prática, a equipe da SMF elaborou **planejamentos setoriais** que definiram projetos prioritários em cada área, com a realização prevista para 2021, que visam alcançar os desafios de médio prazo.



SEMINÁRIO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVO

18/02 E 19/02/2021



CARTA DE SERVIÇOS

A publicação da Carta de Serviços da Prefeitura foi uma das metas do Plano de 100 Dias de Governo, seguindo a diretriz da atual gestão de modernizar a governança e a execução dos serviços realizados em Niterói.

Foram mapeados **47 serviços** prestados pela Secretaria de Fazenda e a maioria desses estão disponíveis para realização em autosserviço. A Secretaria de Fazenda é hoje o **órgão da Prefeitura que presta maior diversidade de serviços ao público**.

A Meta da Carta de Serviços envolveu quatro entregas – levantamento dos serviços em ficha on-line, participação nas oficinas de capacitação, realização de diagnóstico de atendimento e revisão e validação da carta de serviços – e todos foram cumpridos pelo órgão.



A Carta de Serviços da Secretaria de Fazenda será publicada no Portal de Serviços da Prefeitura em abril.

MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

A Modernização do Atendimento é um projeto que atende às diretrizes do governo de melhoria dos serviços prestados à população. O objetivo é criar um modelo de atendimento que foque nas necessidades do cidadão, com avaliação de atendimento, inovação de serviços e aumento da transparência e da confiança. O projeto se divide em alguns eixos:

Novo Setor de Atendimento: contratação de empresa responsável pelo atendimento e adoção do modelo de postos de trabalho, que permite **aperfeiçoamento contínuo dos atendentes e regularidade de atendimento**;



O lançamento da Nova Central de Atendimento ao Cidadão, seguindo todos os protocolos sanitários de distanciamento e higienização, está previsto para maio de 2021.

Avaliação de atendimento: adoção de dispositivo eletrônicos de avaliação do atendimento, garantindo ao cidadão seu direito legal de analisar o serviço prestado;



Plantão Fiscal on-line: adoção de agendamento virtual e atendimento por videochamadas, em função da pandemia da COVID-19, para os serviços de Plantão Fiscal de ISS da Secretaria de Fazenda, permitindo ao cidadão e ao servidor realizar o serviço de forma mais segura.

Teleatendimento: implementação do atendimento virtual com vídeo chamada e chatbot para os serviços realizados na Central de Atendimento, garantindo uma melhor experiência ao cidadão (o CAC realiza cerca de 14 mil atendimentos mensais)

O lançamento da Nova Central de Atendimento ao Cidadão, seguindo todos os protocolos sanitários de distanciamento e higienização, está previsto para maio de 2021.

A publicação da Carta de Serviços da Prefeitura foi uma das metas do Plano de 100 Dias de Governo, seguindo a diretriz da atual gestão de modernizar a governança e a execução dos serviços realizados em Niterói.

Foram mapeados **47 serviços** prestados pela Secretaria de Fazenda e a maioria desses estão disponíveis para realização em autosserviço¹. A Secretaria de Fazenda é hoje o **órgão da Prefeitura que presta maior diversidade de serviços ao público.**

A Meta da Carta de Serviços envolveu quatro entregas – levantamento dos serviços em ficha on-line, participação nas oficinas de capacitação, realização de diagnóstico de atendimento e revisão e validação da carta de serviços – e todos foram cumpridos pelo órgão.

¹ Modelo em que o acesso pelo cidadão ao serviço prestado é feito por meio digital, sem necessidade de mediação humana

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DA POUPANÇA DOS ROYALTIES

O Fundo de Equalização de Receitas, conhecido como poupança dos Royalties, foi criado pela Prefeitura de Niterói com a finalidade de poupar 10% de cada repasse dos recursos provenientes de participação especial -espécie de compensação financeira devida pela exploração de petróleo e gás natural - os Royalties.

O FER, com a característica de fundos de poupança, tem como principal objetivo que as receitas auferidas dos Royalties possam ser convertidas em investimentos financeiros, a fim de permitir que as gerações presentes e futuras tenham a garantia de bem-estar econômico e social, diante da finitude desses recursos.

Dessa forma, a Secretaria de Fazenda, em parceria com a organização internacional *Jain Family Institute*³, elaborou uma política de investimentos, que seja capaz de rentabilizar esses recursos. A perspectiva é que o Fundo **volte a ter 200 milhões de aporte até o final de 2021** e um **rendimento de 6 a 7 milhões até o final do ano**. Essa é uma proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho da Fazenda, para ser aprovada pelo Comitê de Investimentos e o Conselho Gestor.



A política de investimentos será implementada através de Lei Ordinária que foi enviada à Câmara dos Vereadores no dia 14 de abril para aprovação.


[Royalties ▼](#)
[Sobre o Fundo ▼](#)
[Conselho Gestor ▼](#)
[Política de Aplicações ▼](#)
[Transparência ▼](#)
[Contato](#)

Valor do fundo

R\$ **143.446.003**

NÓS TRABALHAMOS PARA SALVAGUARDAR
E CONSTRUIR RIQUEZA
PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

² Instituído pelo art. 149-a da lei orgânica do município vinculado à Secretaria Municipal De Fazenda

³ Essa organização internacional apoia iniciativas de fundos soberanos em países em desenvolvimento

PARTICIPAÇÃO NO RANKING DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI) é um órgão vinculado à **Secretaria do Tesouro Nacional**, o qual estabelece padrões e um ranking como forma de **avaliar a qualidade e consistência da informação contábil/fiscal** que os entes disponibilizam ao público. **Quanto melhor a qualidade da informação**, melhor a nota final do ente e, consequentemente, **melhor a sua posição no ranking**.

O ranking analisa os dados do ano base anterior, em **2020, Niterói ficou em 3118º na colocação nacional com 206.1 acertos**, o município classificado em **primeiro lugar** fez 247.7 pontos. Na classificação estadual, Niterói ocupou o 18º lugar e entre os municípios da região metropolitana ficou em 2º lugar.



A SMF concluiu o envio de todas as informações no dia 16 de abril e a expectativa é que Niterói avance na sua avaliação da qualidade das informações contábeis. O resultado será divulgado até dezembro de 2021.



RELATÓRIO DE RISCOS FISCAIS

O Relatório de Riscos Fiscais do Município de Niterói, em sua primeira edição, tem o objetivo de **identificar e quantificar os principais riscos fiscais para a administração municipal**. O que se busca é tratar o conceito de “riscos” de maneira ampla, demonstrando as consequências das ações ou dos atos governamentais. Será, portanto, um acompanhamento periódico da situação fiscal do município, a fim de **aprimorar a gestão dos recursos públicos**.

Nessa linha, a elaboração do documento, com as informações trazidas nesta primeira edição, tem como objetivo **subsidiar a tomada de decisões do poder público nas políticas fiscais a fim de conter os efeitos dos riscos identificados**. O Comitê Permanente de Acompanhamentos Fiscais já expediu as primeiras recomendações e resoluções, que foram entregues à equipe econômica do governo, informando sobre as situações analisadas.



PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

Com a extensão do Programa Empresa Cidadã até Agosto de 2021, um novo prazo foi aberto para que as empresas cadastradas no programa pudessem fazer o aceite ao novo termo de adesão.

O programa segue atualmente com novas regras: as empresas terão que se comprometer a manter os postos de trabalho existentes na data de adesão ao programa pelos próximos oito meses e obedecer às medidas sanitárias e de distanciamento adotadas pela Prefeitura de Niterói. Caso seja comprovado o descumprimento via auto de infração emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, o estabelecimento perderá o direito ao auxílio.

O Empresa Cidadã, inédito no país, foi implementado em abril de 2020. O programa auxilia micro e pequenas empresas do município com recursos para o pagamento de sua folha. O programa Empresa Cidadã 1 atende empresas com até 19 funcionários, que terão auxílio no pagamento de um salário mínimo para até nove empregados. Já o Empresa Cidadã 2 prevê o depósito de um salário mínimo para até nove empregados de empresas, entidades religiosas e organizações sindicais com até 40 funcionários.



Programa Empresa Cidadã Fases 1 e 2:
2.832 empresas beneficiadas; 12 mil postos de trabalho garantidos;
Investimento de 175 milhões.



Programa Empresa Cidadã Fase 3:
Será implementada no final de abril, garantindo um total de 24 mil postos de trabalho e um aporte de mais 39 milhões.

O SÃO GONÇALO



Niterói envia à Câmara novo projeto para proteger mais 12 mil empregos durante a pandemia

Novo Empresa Cidadã terá investimento de cerca de R\$ 10 milhões mensais

ESCRITO POR REDAÇÃO
15/04/2021 07:26, ATUALIZADO EM 15/04/2021 08:39



SUPERA MAIS NITERÓI

O Supera Mais, desenvolvido em parceria com a AgeRio, garante o acesso de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte, com faturamento anual de até R\$1 milhão e que possuem alvará e registro de funcionamento ativo em Niterói.



Até o momento já foram concedidos mais de **R\$16 milhões em empréstimos** e cerca de **382 contratos foram assinados** desde o início do programa, o que demonstra uma média de **R\$42 mil por contrato assinado**.



Em 2021, até o dia 11/04/2021 foram assinados **165 contratos** que somam um montante de **R\$ 7.228.839,00**

O programa está sendo fortalecido e realizará um novo chamamento de empresas. Também vem atendendo às solicitações dos empresários como um maior detalhamento sobre como solicitar os empréstimos e ampliando o período de carência em três meses, considerando o contexto de recrudescimento da pandemia.

Os auxílios emergenciais Renda Básica Temporária, Busca Ativa, Taxista Amigo e Empresa Cidadã, foram prorrogados até julho deste ano, conforme o decreto Nº 13.954/2021 publicado no Diário Oficial de Niterói no dia 23/03/2021. A medida colabora para que o município continue a mitigar os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia do novo coronavírus. Durante os cem primeiros dias de governo, o foco se manteve em salvar vidas e preservar os postos de trabalho no município.

CRIAÇÃO DE UMA NOVA ÁREA PARA O FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ASPLAN) foi criada nesta gestão e tem como princípio implementar instrumentos de planejamento estratégico e desenvolvimento institucional na Secretaria de Fazenda. Dentre seus principais objetivos estão a coordenação e a aceleração de projetos, a implementação de políticas de desenvolvimento institucional e de gestão estratégica de pessoas e a consolidação de um planejamento estratégico da organização.

A ASPLAN foi responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional, a ferramenta de planejamento estratégico da SMF, e executar e monitorar os projetos prioritários. O PDI foi elaborado a partir de três pilares fundamentais: participação, visão estratégica e fortalecimento institucional. O Plano contou com a participação de mais de 120 servidores e 570 membros da sociedade civil em sua elaboração.



Este ano a ASPLAN também estabeleceu e geriu o Programa de Estágio da SMF.

Foram recebidos 1041 currículos para 6 vagas em diferentes áreas do órgão, com proporção de 173 candidatos por vaga.

VISÃO GERAL	
ESTÁGIO NA ASSESSORIA DE INOVAÇÃO EM SERVIÇOS	Gerente: Luiz Otávio
ESTÁGIO NA ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS	Gerente: Lucas Almeida
ESTÁGIO NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Gerente: Karolline Nogueira
ESTÁGIO NA SUSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL	Gerente: Yasmim Monteiro
ESTÁGIO NA COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Gerente: Fabian Philippsen
ESTÁGIO NA COORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS	Gerente: Fabiana Chianello

Guia de Boas Práticas d@ Estagiári@

NITERÓI Fazenda
SEMPRE À FRENTE

Participaram da seleção a Assessoria de Inovação em Serviços, a Assessoria de Estudos Econômicos, a Subsecretaria de Contabilidade Geral, a Assessoria de Comunicação Institucional, a Coordenação de Tecnologia da Informação e a Coordenação de Documentos e Processos.

E lançou a Campanha “#ElasDaSMF”, que premiou cinco servidoras com uma tutoria em liderança na gestão pública organizada pela Escola de Governo e Gestão do Município em parceria com vetor Brasil e a Repúblca.org.



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS FISCAIS

Com o objetivo de aprofundar estudos para subsidiar as tomadas de decisão na SMF e garantir a sustentabilidade fiscal, foi criado o Departamento de Estudos Fiscais, unidade de assessoramento diretamente subordinada à Subsecretaria de Finanças.

O departamento é responsável por gerir, produzir e fornecer informações, elaborar relatórios e coordenar os estudos econômico-fiscais sobre o desempenho da arrecadação, a renúncia de receita, a execução da despesa e a conjuntura econômica do Município.

Além disso, é responsável por coordenar o Comitê Permanente designado a monitorar e gerir riscos fiscais da administração, bem como realizar a gestão da dívida pública com análise do fluxo, dos riscos, da viabilidade das operações e capacidade de pagamento do Município. Também é responsável pela coordenação da gestão da política de investimentos da poupança dos royalties.

REVISÃO DO DECRETO DE PRODUTIVIDADE DOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS

Com o objetivo de fixar os critérios de apuração da produtividade dos Fiscais Tributários, em 16 de setembro de 1989, foi publicado o Decreto 5713/89.

Com o objetivo de atualizar os critérios e fortalecer a gestão orientada para resultados foi criada uma Comissão de Fiscais, responsável por discutir e elaborar os ajustes necessários no decreto, acerca das funções que devem ser exercidas e prevendo ainda o pagamento de função gratificada para os fiscais que ocuparem funções de direção. A atualização do decreto será pública em conjunto com o Regimento Interno da Secretaria, que também passa por modificações.

CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA

O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de apoiar a modernização da gestão fazendária e o aperfeiçoamento da administração tributária e da gestão do gasto público nos estados brasileiros. A fim de institucionalizar um espaço na fazenda para pensar o tema modernização conectando às inovações tecnológicas, segurança da informação, automação dos serviços e focado na atenção aos usuários.

O GT também será responsável por coordenar a parceria com o BID, a qual Niterói será o município piloto na avaliação do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, por meio da aplicação da metodologia de diagnóstico da situação da modernização da administração tributária do município. que tem como objetivo de melhorar a eficiência e transparência da gestão fiscal, melhorar o controle dos gastos públicos e os serviços oferecidos ao cidadão.

COORDENAÇÃO DE RECEITAS TRANSFERIDAS

A Coordenação de Receitas Transferidas, associada à Subsecretaria da Receita, foi criada para executar e fiscalizar o programa de acompanhamento das transferências constitucionais para apuração dos índices de participação e dos repasses de receitas oriundas dos tributos estaduais e federais ao município. Além disso, a coordenação também é responsável por gerir e atualizar bases de dados das transferências, bem como elaborar estudos e relatórios sobre o tema.

RETOMADA ECONÔMICA

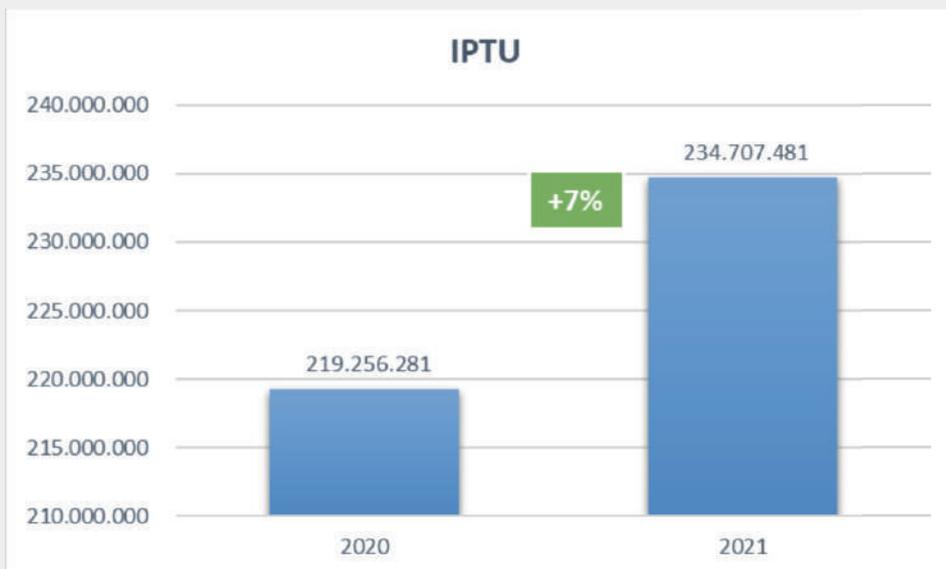
O Plano de Retomada Econômica tem como objetivo central mobilizar, gerir e acelerar projetos e políticas públicas da Prefeitura, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico no município. O Grupo de Trabalho articulado pela Secretaria de Fazenda, Secretaria de Desenvolvimento, Secretaria de Ações Estratégicas e o Escritório de Projetos, desenvolveu sete eixos principais de atuação, onde 42 propostas de projetos foram submetidas. Essas propostas serão avaliadas e estruturadas.



O Plano de Retomada Econômica será lançado no 1º semestre de 2021

DESEMPENHO DAS RECEITAS

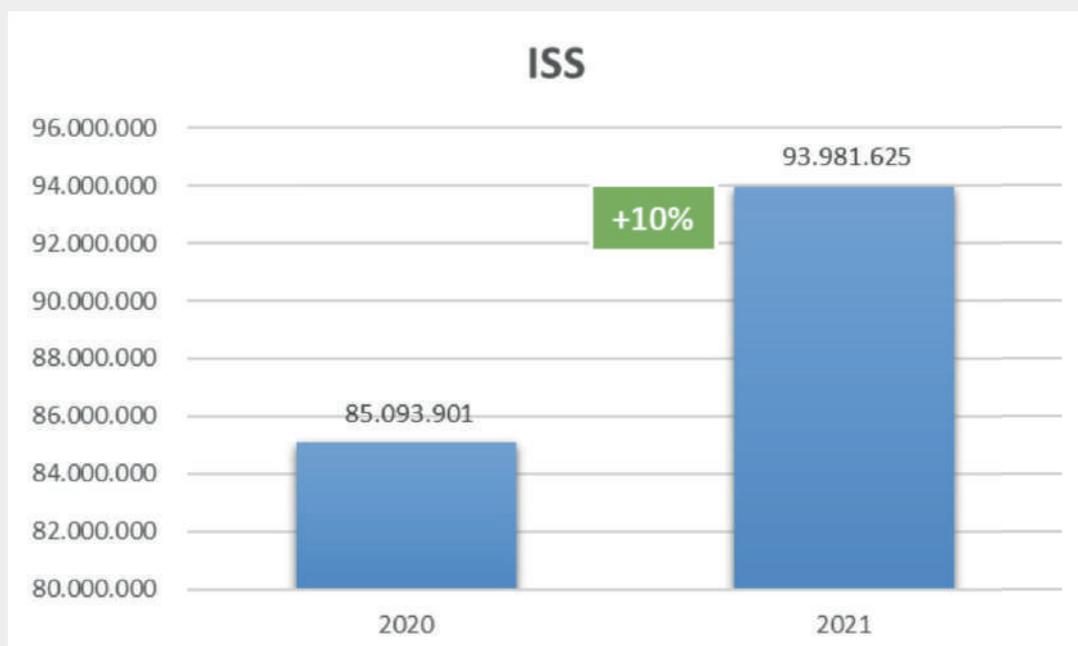
Apresentamos a seguir análise sobre a movimentação da arrecadação de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020.



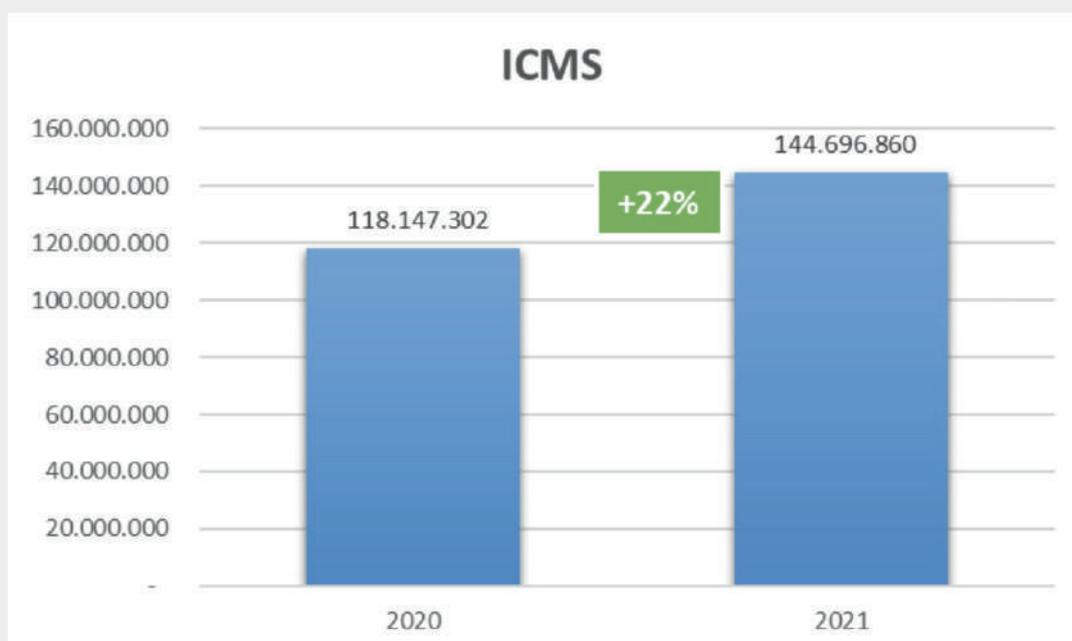
O IPTU apresentou um bom desempenho em 2021, impulsionado pelo crescimento de 9,5 % na arrecadação da cota única.



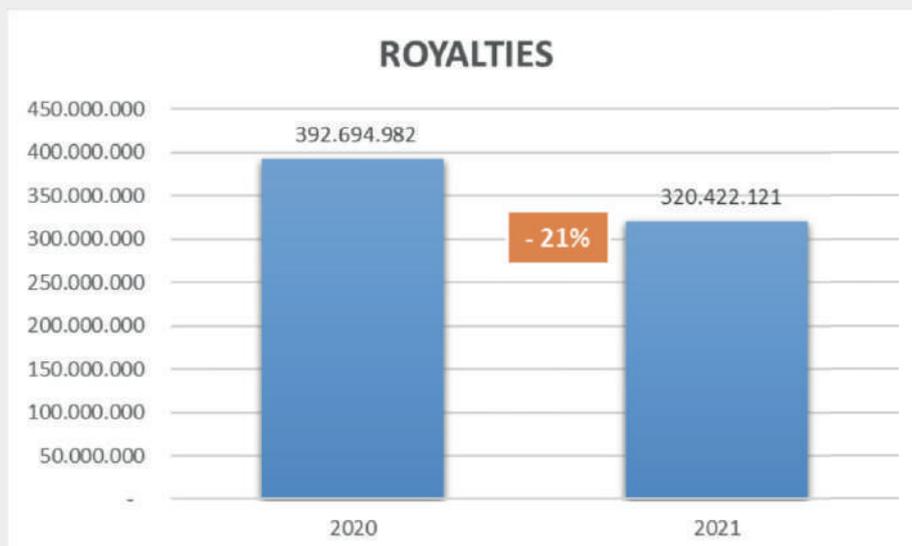
Já o ITBI apresenta um incremento bem expressivo e consolidado, o que indica um aquecimento no setor imobiliário no Município de Niterói. Após anos de quedas sucessivas, 2021 pode representar uma recuperação na arrecadação do imposto.



Os números do ISS também indicam um bom desempenho, mas tal resultado é fortemente influenciado pela arrecadação “extra” do mês de março. Nesse mês, houve a incidência de duas competências do imposto, com a cobrança do primeiro mês cujo pagamento foi deferido no ano passado. Isso representou um acréscimo de cerca de 8 milhões de reais.



O ICMS também apresenta ótimo desempenho, fruto do contínuo crescimento do Índice de Participação do Município (IPM) nos últimos anos. O trabalho de inteligência da Secretaria segue dando resultados expressivos.



O destaque negativo fica, por enquanto, por conta dos Royalties. A queda de 21% nos primeiros meses de 2021 foi ocasionada pela queda na produção e pelos preços ainda baixos observados nos primeiros meses do ano. A tendência, no entanto, é de recuperação nos próximos meses. Apesar da queda, a arrecadação supera o previsto em LOA em 6,9%.



Outra receita com forte desempenho é o FPM, com crescimento de 21%, acompanhando a tendência de alta na transferência de recursos da União para Estados e Municípios no contexto da pandemia.



A despeito da crise, Niterói segue performando dentro do previsto na LOA. As ações fiscais realizadas no primeiro trimestre de 2021 tiveram foco na autorregulização e na comunicação e orientação aos contribuintes.



NITERÓI

SEMPRE À FRENTE

Fazenda